

## **Acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, realizada no dia 20 de Novembro de 2008.**

-----  
Aos vinte de Novembro de dois mil e oito, nesta Vila da Lousã, reuniu-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, o Conselho Municipal de Educação da Lousã, adiante designado CMEL, tendo estado presentes os representantes: -----

Da Câmara Municipal da Lousã (Dr. Fernando Carvalho – Sr. Presidente), o Vereador do Pelouro da Educação (Dr. Jorge Alves); das Juntas de Freguesia do Concelho (Dr. António Marçal); da Direcção Regional de Educação do Centro (Dra. Luísa Maria Ramos); Ensino Secundário (Prof. Maria do Carmo Sequeira); do Ensino Básico (Prof. Odete Antunes e Prof. Maria Salomé Correia); do Pré - Escolar (Educadora Ana Paula Rodrigues); da Escola Profissional da Lousã (Dra. Antónia Pereira); das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Lousã (Sra. Cândida Castanheira e Dra. Raquel Maria Redondo); da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (Sr. João Ricardo Rodrigues Correia e Sr. André Alexandre M. Rodrigues); a Delegada de Saúde da Lousã (Dra. Graça Correia); do Centro de Emprego da Lousã (Dra. Milena Rodrigues).-----

Não estiveram presentes, justificadamente, os representantes: da Assembleia Municipal (Dr. Luís Gonçalves /Prof. António Bandeira); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Dra. Anabela Dengucho); da GNR da Lousã (Sargento-Mor Lucénio Leonel Correia Martins/ Sargento). -----

Não apresentou justificação de falta o representante das IPSS – ADIC (Sr. Rogério Martins).-----

Às 9h45 deu-se início aos trabalhos-----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1 – Nova Escola EB123 – Ponto de Situação-----

2 – Outros assuntos.-----

-----|-----  
Fernando Carvalho diz que estava inicialmente previsto para a EB123 a existência de salas de Jardim de Infância, mas o Ministério da Educação (adiante ME) decidiu que não seria necessário esse espaço. Depois de alterações ao projecto inicial a nova Escola foi posta a Concurso em Janeiro de 2008 e a Câmara Municipal da Lousã (adiante CML) tem vindo a pressionar o ME para a adjudicação da obra e seu início.---

Existe um acordo celebrado entre o ME e a CML que rege as condições financeiras da obra - está em elaboração. O ME tentou que a CML gerisse e fiscalizasse a obra, nas seguintes condições: a CML adquire o terreno (500 mil€) e o ME comparticipa em 75%

o valor da obra (4 milhões de euros, 1 milhão pago pela CML). Todavia, há cerca de dois meses o ME informou a CML não ter condições financeiras para suportar o acordo de 2005 e fez nova proposta: a CML adquire o terreno (500 mil€) e fica como dona da obra, e o ME comparticipa em 50% o valor da obra (4 milhões de euros, 2 milhões de euros pagos pela CML). Face a isto a CML propõe que: o ME financie 100% do valor dos 2.º e 3.º Ciclos, a CML financia 100% do valor do Pré-Escolar e 1.º CEB, havendo um investimento da CML de 600 mil € (vantagem financeira para o Município de 1400mil euros). A CML concorrerá a financiamento dos Centros Escolares. Neste caso a fisionomia da Escola passará a ter o seguinte enquadramento que coincide com o que a CML defende desde 2005, antes do ME aceitar a necessidade de nova Escola: 3 turmas do Jardim de Infância; 9 turmas do 1.º Ciclo; 12 turmas dos 2.ºs e 3.ºs Ciclos. -----

Dada a demora na adjudicação da obra é necessário salvaguardar no acordo que a despesa da revisão de preços deverá ser assumida pelo ME, que tem adiado o início da obra. Também terá que ficar no acordo que os trabalhos não previstos serão da responsabilidade financeira da entidade que decidir a sua execução.-----

Estas dificuldades têm obstado a que seja assinado o acordo definitivo, existindo já cerca de sete versões do documento, mas Fernando Carvalho espera resolver a redacção do acordo ainda durante a semana corrente.-----

Mais informa que depois da assinatura do acordo/protocolo, o ME terá que obter o visto do Tribunal de Contas. Prevê que a obra se inicie antes de Março de 2009.-----

Jorge Alves diz que as propostas de adjudicação foram abertas em Novembro de 2007, na altura em que começa a transferência de competências para as Autarquias, embora que as instalações escolares do Pré-Escolar e 1.º Ciclo fossem já da responsabilidade das Câmaras Municipais. Nesta perspectiva, há um desinvestimento do ME quanto ao 2.º e 3.º Ciclos, antevendo a transferência e crê que é por esse mesmo motivo que as verbas que têm sido atribuídas para manutenção das Escolas se cingem à pintura de exteriores. Quanto ao Ensino Secundário há de facto um investimento do ME com a Requalificação do Parque Escolar nacional até 2012. A EB123 da Lousã, por ser transversal, tem ficado entre estas soluções. A Direcção Regional de Educação do Centro nunca adoptou este modelo, apesar da DRE do Sul ou Norte já o ter feito. A CML contactou outros Municípios onde existem experiências de EB123, que têm sido marcadas pela positiva.-----

Fernando Carvalho disponibiliza-se a responder a quaisquer questões e responde que a obra será gerida pela CML, o prazo de conclusão é de 18 meses independentemente da data de início da obra e se tudo correr bem abrirá algumas salas em 2010-2011.-----

António Marçal diz que na prática são dois negócios de obra e o presidente diz que a própria CML teve dificuldade em entender o enquadramento da legislação, dado se tratar de 12 salas do ME e 12 sala da CML, mas que solicitou esclarecimentos à Presidência de Conselho de Ministros que explicou a cobertura legal do acordo.-----

Jorge Alves diz que não há um concurso partido, mas um contrato de cedência da posição contratual. Isto para evitar problemas de “propriedade” de espaços comuns como o refeitório ou o gimnodesportivo.-----

Fernando Carvalho diz que a CML candidatará toda a Escola como Centro Escolar e que a equipa da CCDRC excluirá o que for responsabilidade do ME, como matéria não elegível. Jorge Alves diz que o Gabinete de Estudos e Planeamento da DREC está articulado com a CML.-----

Odete Antunes diz que se a nova solução encontrada é mais vantajosa financeiramente e responde às mesmas condições, está de acordo. Questionado, o CMEL não se pronuncia em contrário. -----

Fernando Carvalho diz que o acordo anterior não contemplava o equipamento e mobiliário, mas isso está previsto actualmente e considera que se a obra correr bem o Município será beneficiado. -----

Cândida Castanheira pergunta o que acontecerá se a obra não correr bem e o Presidente responde que a obra terá que ser feita dentro do prazo e eventuais problemas estarão nas contas da CML. -----

-----||-----

António Marçal pergunta se este acordo se cruza de alguma forma com os acordos de transferência de competências da Educação para as Autarquias. -----

Fernando Carvalho diz que não e que os acordos que estão a ser assinados são penalizadores para as Autarquias. A CML está disponível para negociar, mas não aceita os valores financeiros que seriam transferidos, por estarem muito aquém do necessário. Exemplifica com o refeitório da EB23 que está em condições péssimas e necessita de obras profundas: a CML tem os seus refeitórios certificados e nunca autorizaria o funcionamento de um refeitório com falta de condições. -----

Odete Antunes refere que essa questão é do conhecimento do ME e há constantemente queixas, mas o Agrupamento nada pode fazer. -----

Jorge Alves diz estarem em causa as seguintes questões: transferência das auxiliares de acção educativa (a CML sofre grandes pressões para substituição de auxiliares, inclusivamente do ME, por ter colocado algumas funcionárias nas Escolas – e anota a questão do Jardim de Infância das Fontainhas); encargos com ADSE; financiamento para encargos iniciais de manutenção – como o caso do refeitório da EB23;

esclarecimento de quais competências são transferidas nos casos das AEC e do fornecimento de refeições, dado que estas competências já são das Autarquias. -----

Fernando Carvalho critica o facto do ME tabelar o preço máximo das refeições escolares, havendo famílias que não têm dificuldades económicas e que estão a ser subsidiadas podendo pagar. -----

António Marçal diz que a Escola Pública deve ser totalmente gratuita, mas que se está a caminhar para que este tipo de escola seja residual e haja privatização do ensino. A Ministra diz que a Educação não é um negócio, mas há muitos custos envolvidos; o parque escolar está a aumentar, prevendo-se crescimento de custos. -----

Jorge Alves revela que no dia em que várias Câmaras assinaram o acordo de transferência de competências, houve um despacho da ministra aumentando o rácio de Auxiliares de Acção Educativa por sala, o que implica despesas acrescidas. -----

Luísa Ramos diz que não é previsto que a ADSE seja suportada pelas Câmaras, ao que Jorge Alves responde que nada garante que as cláusulas do acordo se mantenham e que haja negociação, perguntando quantos auxiliares foram mobilizados entre ciclos de ensino. Luísa Ramos diz que há discrepância entre o número de auxiliares dos vários ciclos do Ensino Básico. -----

Paula Rodrigues manifesta o descontentamento com a situação de não existir auxiliar do ME no Jardim de Infância das Fontainhas. -----

-----III-----

Jorge Alves informa convidando o CMEL a participar: inauguração da Sala Polivalente da EB das Fontainhas, no próprio dia; visita do alpinista André Garcia a várias escolas da Lousã e no Clube Recreativo Vilarinhense, dia 21 de Novembro; Marcha Solidária e Encontro de Vontades, dia 17 de Dezembro, com recolha de fundos que revertem para a Saúde em Português – projecto de saúde e educação em Bafatá, Guiné-Bissau. -----

Odete Antunes diz que a EB23 vai tentar que haja mais envolvimento das famílias na Marcha. -----

Jorge Alves pede que Odete Antunes explique a tomada de posição da EB23 sobre a avaliação dos professores. O CMEL é informado que o Agrupamento de Escolas da Lousã enviou um pedido de suspensão da avaliação ao ME e que os Docentes não participaram na formação para a avaliação. O Agrupamento informou diversas entidades, como a CML, a DREC, a Assembleia da República e a Presidência da República. -----

Salomé Correia pergunta do prazo de conclusão das obras da Biblioteca Escolar da Ponte Velha e o Vereador diz que na reunião de início de ano lectivo informou que a obra estaria pronta até ao final do ano lectivo. Diz que está a ser feita com meios

próprios, sem financiamento e que a Escola tem que compreender o enquadramento, tratando-se de uma obra de elevados custos e que beneficiará dezasseis alunos.-----

Salomé Correia informa da insatisfação geral com o parque informático das Escolas, dado que cada vez mais se utiliza este meio para comunicar: problemas constantes com o acesso à Internet, computadores com avarias e manutenção demorada, reparações que não duram pois o equipamento está obsoleto. Informa que o “Magalhães”, apesar da burocracia, é uma ferramenta excelente, pois era impraticável trabalhar com um computador por sala de aula. Diz que é necessário o acesso à Internet em rede, pois sem ele o Plano Tecnológico fica pela metade e pergunta quais os planos da CML para colocação de Internet nas Escolas.-----

Jorge Alves diz que está a aguardar que dos Ministérios competentes haja um programa para o Pré-Escolar e 1.º CEB, compreendendo a necessidade da Internet sem fios. Refere que a Fundação para a Computação Científica Nacional, que tinha o programa “Internet nas Escolas” deixou de ter competências nas Escolas. Esta competência está num departamento do Ministério da Educação em Lisboa, que actualmente tem apenas dois funcionários que gerem o país e não podem responder aos inúmeros pedidos, nem têm soluções; as linhas da RCTS [rede de investigação e ensino nacional (National Research and Education Network)], têm também diversos problemas. Existe já uma deliberação da Associação Nacional de Municípios Portugueses para que as Autarquias não coloquem Internet sem fios nas Escolas, sem apoio financeiro. A CML já pediu orçamento para os dezasseis locais onde gostaria de colocar a Internet sem fios, para perceber quais os montantes envolvidos.--

António Marçal diz que há diversas questões técnicas que têm que ser apuradas, conforme o número de utilizadores e os espaços físicos.-----

Jorge Alves solicita que as Escolas e Agrupamentos coloquem a questão ao Ministério da Educação. Mais refere que as Escolas que receberam o Magalhães foram aquelas cujos municípios assinaram a transferência de competências.-----

Antónia Pereira refere que as Escolas Profissionais, Privadas, do Ensino Particular e Cooperativo só têm apoio para aquisição de computadores caso pertençam a Lisboa e Vale do Tejo, supostamente à luz da coesão social.-----

-----IV-----

Terminou esta reunião às 11:30 e vai ser assinada por mim, Marta Correia, secretária desta reunião.-----

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO

\_\_\_\_\_  
Marta Correia

Aprovada no CMEL de 2009-05-25